

**História das Religiões seria História ou Ciência da Religião?
Uma reflexão sobre questões metodológicas ligadas a essas disciplinas na
transição dos anos 1860-1870**

History of Religions would be History or Science of Religion?

A reflection on methodological issues related to these disciplines in the
transition from the years 1860-1870

Flávio Rey de Carvalho*
freycarvalho@gmail.com

Resumo

A História e a Ciência da Religião são disciplinas cujos processos de constituição acadêmica remontam ao século XIX, quando, por volta dos anos 1860, iniciou-se um grande debate em torno da questão metodológica. O presente artigo, a partir do uso da categoria de “ciência normal” de Thomas S. Kuhn, objetiva comparar a concepção de História, com base nas reflexões de Johann Gustav Droysen (1808-1884), com a proposta de Ciência da Religião, formulada por Friedrich Max Müller (1823-1900). Com essa comparação, espera-se ser possível fornecer elementos para se refletir sobre a seguinte questão: do ponto de vista metodológico, estaria a História das Religiões mais ligada à História ou Ciência da Religião?

Palavras-chave: Ciência da Religião. História. História das Religiões. Friedrich Max Müller. Johann Gustav Droysen.

Abstract

History and Science of Religion are disciplines whose processes of academic formation go back to the nineteenth century, when, around the 1860s, a great debate began on the methodological question. This article, using the category of “normal science” by Thomas S. Kuhn, aims to compare the conception of history, based on the reflections of Johann Gustav Droysen (1808-1884), with the proposal of Science of Religion, Formulated by Friedrich Max Müller (1823-1900). With this comparison, it is expected to be possible to provide elements to reflect on the following question: from a methodological point of view, would the History of Religions be more linked to the History or Science of Religion?

* Bacharel e mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB); doutorando em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); bolsista da CAPES/FUNDASP.

Keywords: Science of Religion. History. History of Religions. Friedrich Max Müller. Johann Gustav Droysen.

Introdução

A História e a Ciência da Religião consistem em duas disciplinas, compreendidas no campo das Ciências Humanas, cujos processos de constituição acadêmica remontam ao século XIX – uma época marcada pela busca pela autonomização dos saberes, seja por meio do estabelecimento de critérios de normatividade, como foi o caso a História, seja por intermédio da reivindicação de um espaço disciplinar novo, conforme ocorreu com a Ciência da Religião. Em meados dos Oitocentos, todavia, as fronteiras disciplinares ainda não estavam bem estabelecidas, do mesmo modo, o método também não estava bem definido, aliás, por volta dos anos 1860, iniciou-se um grande debate em torno de questões metodológicas. Em meio a tal conjuntura, destacam-se Johann Gustav Droysen (1808-1884), considerado como um dos mais significativos representantes do pensamento histórico alemão do século XIX, e Friedrich Max Müller (1823-1900), tido como o fundador da “Ciência da Religião” – às vezes denominada “História das Religiões”.

Essa questão terminológica tende a redundar, não raro, em certa falta de consenso quanto ao nome da disciplina ligada ao estudo científico da religião, conforme expressaram – para citar somente dois exemplos (um sob o ângulo da História e outro sob a perspectiva da Ciência da Religião) – o historiador brasileiro Sérgio da Mata, em um livro dedicado à análise das relações entre a História e a religião, e o cientista da religião norte-americano Armin W. Geertz, em uma conferência proferida no III Simpósio Associação Brasileira de História das Religiões (ABRH), em junho de 2001. Segundo Mata (2010, p. 59): “[...] às vezes se fala em ‘ciência da religião’, outras em ‘história das religiões’, ou ainda em ‘religião comparada’ [...]”. Consoante Geertz (2007, p. 16-17):

Um barômetro para essa situação pode se visto nos nomes escolhidos para a disciplina. É a palavra alemã *Religionswissenschaft* que está por trás da expressão britânica *Science of Religion* [Ciência da Religião], ao passo que “ciência da religião”, nos Estados Unidos, é sinônimo de sociologia

da religião. Portanto, os norte-americanos utilizam a palavra alemã *Religionswissenschaft*, que também tem sido traduzida nos Estados Unidos como Study of Religion [Estudo da Religião] – mas não *Religious Studies* [Estudos Religiosos], que é a abordagem mais teológica. Na Inglaterra, encontramos o termo *Comparative Religion* [Religião Comparada], que se encaixa bem no pluralismo britânico, mas, nos Estados Unidos, ‘religião comparada’, conforme foi praticada por Mircea Eliade, é denominada *History of Religions* [História das Religiões], ainda que nenhum departamento nas universidades receba esse. Na Europa, o termo *History of Religions* e termos equivalentes em francês, alemão, italiano e nas línguas escandinavas são utilizados para o estudo mais amplo da religião, ainda que ele não tenha de fato integrado as ciências sociais. No Canadá, “história das religiões” é considerado um termo limitado, daí a preferência por *Study of Religion*. Na América Latina, o termo escolhido parece ser *Estudio de las Religiones* [Estudo das Religiões] – agora estou vendo que no Brasil prefere-se “*História das Religiões*”. Já nos países asiáticos, não há preocupação com termo algum.¹

Se por um lado tal polissemia enseja dúvidas e questionamentos que tendem a problematizar demais qual seria a terminologia mais adequada para designar a disciplina que lida com estudo científico da religião, por outro lado a chamada “História das Religiões”, no âmbito do senso comum, tende a ser considerada, provavelmente por uma questão de identidade de nomenclatura, como uma subárea da História – embora há quem afirme que ela chegou a ser “reivindicada” como parte integrante desta disciplina (bem como das Ciências Humanas e Sociais, assim como da Ciência da Religião).² Para se tentar entender melhor essa questão, adotar-se-á a categoria de “ciência normal”, apreendida do pensamento do físico e filósofo da ciência, norte-americano, Thomas S. Kuhn (1922-1996), na obra *A estrutura das revoluções científicas* (1962).³ Por conseguinte, será por meio

¹ Os colchetes presentes na citação, bem como as traduções neles contidas, assim como os grifos, encontram-se no texto original.

² Conforme considerou o cientista da religião brasileiro Elton de Oliveira Nunes: “[...] a História das Religiões é reivindicada como parte integrante de três campos de análise: a História, as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências das Religiões como subcampo de pesquisas e produção de dados e observações” (NUNES, 2008, p. 2).

³ Segundo Kuhn: “[...] ‘ciência normal’ significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são reconhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior” (KUHN, 2005, p. 29). Complementamente, o autor ainda considerou que a “ciência normal” se compõe de: “Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados [...]”, isto é, “[...] comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e consenso aparente [...] são pré-requisitos para a

dessa perspectiva teórica que se analisará alguns dos parâmetros metodológicos que integraram o processo constitutivo da História e da Ciência da Religião, tendo como referência algumas das reflexões feitas por Droysen e Müller.

Esclarece-se que a estruturação lógica para a análise desses intelectuais será feita por meio da *comparação*. Em função dessa opção metodológica, o critério para a escolha dos dois autores recaiu não somente sobre o fato de serem considerados como grandes referências nos processos de constituição acadêmica da História e da Ciência da Religião – contribuindo para a posterior fundamentação dessas disciplinas como “ciência normal” –, mas decorreu, sobretudo, de um fator condicionante de caráter temporal: ambos tiveram suas ideias publicadas contemporaneamente (na transição dos anos 1860-1870⁴) – o que torna a comparação mais fidedigna. Assim, por meio desse cotejamento, espera-se ser possível fornecer subsídios úteis para se refletir sobre a seguinte questão: do ponto de vista metodológico, estaria a História das Religiões, baseando-se em Droysen e Müller, mais ligada à História ou Ciência da Religião? (mediante tal questionamento, sustenta-se a hipótese de que a História das Religiões nasce da ideia de Ciência da Religião proposta por Müller em obras publicadas entre 1867 e 1873).

1. Contextualização

A História e a Ciência da Religião consistem em duas disciplinas, compreendidas no campo das Ciências Humanas, cujos processos de constituição acadêmica remontam ao século XIX. Tal processo não ocorreu de forma linear nem homogênea, todavia, deu-se em torno de uma questão central: o método. Caudatário dos parâmetros empíricos e experimentais que haviam adquirido grande destaque entre os filósofos das Luzes, o Oitocentos, sobretudo na sua segunda metade, foi palco de séries de debates em torno de propostas metodológicas que, muitas vezes inspirados no modelo aplicado às Ciências

ciência normal, isto é, para gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada” (KUHN, 2005, p. 30).

⁴ Conforme será detalhado adiante, os textos de Müller considerados neste artigo foram publicados entre 1867 e 1873. Já a publicação de Droysen data de 1868.

Naturais, pudessem dar conta, adequadamente, de questões ligadas aos fenômenos humanos. De um modo geral, conforme sintetizado pelo sociólogo francês Jean-François Dortier, “[...] as Ciências Humanas ganham corpo no século XIX, com uma autonomização dos campos do saber ao mesmo tempo conceptual e institucional (fundação de cátedras universitárias, de revistas, etc.)” (DORTIER, 2009c, p. 277).

Panoramicamente, a visão de Dortier tende a ser correta, todavia, cumpre ressaltar que nesse processo, apesar de os eruditos envolvidos, grosso modo, partilharem de um foco de interesse comum – a questão metodológica – o período foi marcado por uma gama de tendências (que oscilavam entre a contraposição, a fluidez ou a sobreposição de ideias) devido à variabilidade de pontos de vista que manifestaram acerca das relações entre as “novas ciências”, voltadas à busca pelo melhor entendimento das questões humanas, e as Ciências Naturais, que gozavam já de grande aceitabilidade e prestígio naquele momento, sobretudo, por se alicerçarem na observação e na experimentação de “fatos” capturados do mundo físico. Assim, referindo-se ao contexto formativo das Ciências Humanas, o supracitado sociólogo comentou:

Nessa época, meados do século XIX, as fronteiras disciplinares ainda não estão bem estabelecidas. O método também não está bem definido. Por volta dos anos 1860, iniciou-se, aliás, um grande debate a esse propósito. Alguns pensam que é preciso aplicar ao estudo dos humanos o método que tanto êxito obteve nas Ciências da Natureza: observação, medição, classificação, experimentação, investigação de leis. [...] Outros inclinam-se de preferência para um novo método, específico do estudo dos humanos e baseado na reconstituição dos valores, das visões do mundo e dos universos mentais, pressupondo que as ações humanas, sempre mutáveis e singulares, não podem deixar-se encerrar em leis... (DORTIER, 2009b, p. 12).

Assim, a segunda metade do século XIX foi uma época de surgimento e concorrência de novas disciplinas, que, partindo de debates em torno de questões metodológicas, disputavam entre si o reconhecimento acadêmico; daí esse período fundamental para a história da especialização. (BURKE, 2012, p. 214 e 322). Sobre essa época, considera-se ainda oportuno reproduzir um comentário feito por um contemporâneo participante do processo, o filósofo alemão Wilhelm Dilthey (1833-1911), que – motivado pelos “debates interessantes” ocorridos nas últimas décadas do século XIX – buscava “[...]”

conhecer a essência das ciências humanas e delimitá-las diante das ciências naturais [...]” (DILTHEY, 2010, p. 19), conforme consta na seguinte passagem:

Ao lado das ciências naturais, e partindo das tarefas da própria vida, desenvolveu-se por si mesmo e de maneira espontânea um grupo de conhecimentos ligados uns aos outros por meio da comunhão de seu objeto. Tais ciências são a história, as ciências econômica e jurídica e a ciência do Estado, a ciência da religião, o estudo da literatura e da poesia, da arquitetura e da música, das visões de mundo e dos sistemas filosóficos e, por fim, a psicologia. Todas essas ciências descrevem, narram, julgam e formam conceitos e teorias em relação ao mesmo fato: a espécie humana (DILTHEY, 2010, p. 19-20).

Essas considerações iniciais sobre a trajetória do conhecimento no século XIX servem contextualizar a análise a ser desenvolvida neste artigo, que, em linhas gerais, parte da perspectiva de que teria sido em meio a esse clima de ideias que disciplinas, até então inexistentes, foram constituídas para versarem academicamente – ou, conforme o jargão da época, “cientificamente” – sobre temas específicos ligados à esfera humana. Tal foi o caso da Ciência da Religião, que passaria a reivindicar seu espaço como disciplina autônoma. Por outro lado, outras disciplinas mais antigas, como a História, viram-se compelidas a se adequarem ao clima dos parâmetros que circulavam em setores da intelectualidade oitocentista, daí a busca pela *normatização* – consubstanciada na tentativa de se estabelecer um “método” – ter se configurado, de maneira geral, como a mais imediata resposta às exigências “científicas” suscitadas pelos novos tempos.

2. A concepção de História em Droysen

Antes do século XIX, período conhecido como *Antigo Regime*⁵, não havia uma forma convencionalizada em se fazer história. Era comum utilizá-la como “[...] instrumento ora

⁵ Em geral, o “rótulo” *Antigo Regime* costuma ser empregado para se definir *stricto sensu* a sociedade francesa no período anterior a 1789, referindo-se mais à “organização” social – do que ao “cipoal” de particularismos – que teria caracterizado os séculos XVI, XVII e XVIII. A despeito disso, costuma ser utilizado, em um sentido mais geral, para se referir à sociedade europeia subsumida ao regime absolutista. Consiste em um conceito criado não por contemporâneos, mas, posteriormente, por alguns teóricos do Liberalismo para reforçar a ideia de que a época em que viviam era diferente em relação ao período anterior à Revolução Francesa, tida como o marco inicial do “longo século XIX” – que, conforme periodização

de desconstrução, ora de legitimação de princípios do interesse dos Estados Monárquicos emergentes, em meio aos jogos de poder daqueles tempos” (LOPES, 2013, p. 7). Esse cenário, todavia, sofreria uma viragem no Oitocentos, momento em História reivindicaria para si o estatuto de ciência, tornando-se uma disciplina acadêmica cuja prática deveria atender a uma série de procedimentos metodológicos que elevariam o ofício do historiador em um nível de rigor sem precedentes – daí ser comum a centúria se tida como a “época clássica dos estudos históricos”, o “século da história”, ou mesmo a “idade de ouro” dos estudos históricos (LOPES, 2013, p. 8).

Dado a esse rigor, as discussões em torno do “fazer” História, no século XIX, além de versarem sobre a natureza do conhecimento histórico e da sua identidade como tal, centraram-se, sobretudo, na questão do *método*. Por conseguinte, a chamada “Historia Tradicional” oitocentista – metonimicamente (e acriticamente) tida como “positivista” – poderia ser denominada, com mais propriedade, de “escola metódica” (MARTINS, 2015, p. 11-13). É em torno da reflexão sobre aspectos teóricos da História, assim como do seu método, que se destacou Johann Gustav Droysen (1808-1884), considerado um dos mais significativos representantes do pensamento histórico alemão do século XIX (ASSIS, 2015, p. 31; CALDAS, 2004, p. 19).

As décadas que compreendem o meado do Oitocentos foram marcadas por debates em torno de questões metodológicas. Em geral, quando concernentes à História, tais discussões visavam fundamentar os pressupostos “científicos” dessa disciplina de modo a garantir sua especificidade e sua autonomia em relação à Filosofia e às Ciências Naturais. Foi nessa época que veio a lume o texto *Arte e método*, como anexo à obra *Esquema da teoria da história* (1868), de autoria de Droysen – personagem que, do ponto de vista do pensamento metódico, de acordo com o historiador brasileiro Arthur Assis, “[...] é o nome mais importante da primeira fase dessa discussão” (ASSIS, 2015, p. 33-34).

Tal fase teria sido iniciada cerca de uma década antes, com a obra *Introdução geral à história da civilização da Inglaterra* (1857), lançada pelo historiador inglês Henry Thomas Buckle (1822-1862), quando “[...] problemas teóricos ligados à questão do método

adotada pelo historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012), abrangeria os anos entre o final da década de 1780 a 1914 (HOBSBAWN, 1995, p. 16, nota; LOPES, 2002, p. 129).

foram levantados pela primeira vez de um modo convincente [...]” (MEGILL, 2013, p. 20). Buckle era da opinião de que “Os mais celebrados historiadores são manifestadamente inferiores aos mais bem-sucedidos praticantes das ciências físicas: ninguém que tenha se devotado à História esteve intelectualmente à altura de ser comparado com Kepler, Newton ou muitos outros que poderiam ser nomeados” (BUCKLE, 2015, p. 230). E, mais adiante no texto, ele pontuou: “Deve-se observar que as provas precedentes de nossas ações serem reguladas por leis foram derivadas da Estatística, um ramo do conhecimento que, embora ainda em sua infância, já lançou mais luz no estudo da natureza humana do que todas as ciências juntas” (BUCKLE, 2015, p. 232).

O viés adotado por Buckle enfatizava a busca por regularidades estatísticas na sociedade humana, aproximando a História, do ponto de vista metodológico, das Ciências Naturais. Em 1868, Droysen argumentaria, com relação ao ponto de vista de Buckle, conforme explicou, o historiador brasileiro Allan Megill, que “[...] o método da história não é, e não pode ser, o mesmo método que os cientistas naturais seguem [...]”, pois o “[...] trabalho do historiador requer interpretação” (MEGILL, 2013, p. 20). Esse ponto de vista de Droysen aparece expresso em *Arte e método* nos seguintes termos: “[...] recusei a intenção realizada em nossa ciência por parte daqueles para os quais o método das ciências naturais é o único método científico, e que ainda afirmam que a História o precisa aplicar com o fito de alçar-se ao nível de uma ciência” (DROYSEN, 2015, p. 43).

E, em outro trecho no texto, Droysen, comentou:

As ciências são diferentes. As ciências empíricas, sobretudo, não têm qualquer obrigação fora constatar lacunas presentes nos objetos de sua pesquisa, bem como controlar os erros resultantes de sua técnica e investigar as implicações de seu método, que somente pode produzir resultados seguros dentro do âmbito de seus limites básicos.

Em nossa ciência, talvez o grande mérito [...], ao menos o mais significativo dentro de uma perspectiva metodológica, seja o de ter inculcido a visão de que a comprovação das “fontes” (a partir das quais nós criamos) é o fundamento de nossos estudos. Com isso, a relação da História com o passado foi alicerçada sobre um ponto cientificamente basilar. Essa visão crítica de que o passado não nos é imediato – porquanto se nos apresenta, ao contrário, sempre de maneira mediata, e que, portanto, não conhecemos objetivamente o passado, mas podemos, por meio das fontes, produzir dele apenas uma concepção, uma visão, uma contraimagem, e de que as visões e concepções adquiridas e

adquiríveis desse modo são tudo o que podemos saber do passado, de maneira que a História não é fenomênica e realista, mas somente mediata, pesquisada e conhecida desta maneira –, essa visão precisa ser, ao que parece, o ponto de partida caso se queira cessar o hábito de se naturalizar a História (DROYSEN, 2015, p. 41-42).

Droysen concebia a História de uma perspectiva “hermenêutica” – considerada por ele como o “coração do método histórico” (CALDAS, 2004, p. 12) –, consistindo em um processo compreensivo, no qual a “[...] subjetividade é uma atividade criativa [...]”⁶, cujo procedimento metodológico não tinha “caminho fixo” – visto que havia “lacunas” ainda “não preenchidas” –, mas somente uma fórmula por ele definida nos seguintes termos: “compreender enquanto se pesquisa” (ASSIS, 2015, p. 34; CALDAS, 2004, p. 13, 24 e 87). Daí a sua recusa às tentativas de se adequar o método utilizado nas Ciências Naturais, que, segundo ele considerava, já tinham previamente dado o seu objeto (CALDAS, 2004, p. 25), à elaboração da História. Fora essas questões, Droysen, que era protestante (luterano), não via a História de uma maneira neutra, mas influenciado pelas ideias do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), sob uma perspectiva teleológica de fundo cristão, segundo a qual a História era vista como “teodicéia” (CALDAS, 2004, p. 40-41).

Em Hegel, a visão teleológica da história – associada à noção de “teodicéia” – encontra-se na obra *Filosofia da história*, publicada postumamente em 1837. Na sua introdução, consta a seguinte ponderação:

Explicar a história significa descobrir as paixões do homem, seu gênio, suas forças atuantes; essa característica da Providência chama-se normalmente o seu *plano*. [...] Na história universal, lidamos com indivíduos, que formam povos, e com totalidade, que são os Estados. Portanto, não podemos nos ater a miudezas da crença na Providência, e menos ainda na à crença abstrata e indeterminada, que apenas quer generalizar, ou seja, supor que existe uma Providência [...]. Devemos, ao contrário, ter muito mais seriedade no reconhecer os caminhos da Providência, os meios e manifestações na história, relacionando-os àquele princípio geral. [...] Notou-se, recentemente, que a filosofia deve tratar do conteúdo religioso contra muitos tipos de teologia. [...] O desenvolvimento do espírito pensante, cujo ponto de partida foi a manifestação do Ser divino, deve elevar-se finalmente até apreendê-lo pelo pensamento [...]. Finalmente, já é tempo de compreender, também,

⁶ Citado por Caldas (2004, p. 34).

essa rica produção da razão criadora que é a história universal (HEGEL, 2008, p. 20-21).

E, na conclusão, Hegel explicitou:

[...] a história universal nada mais é que o desenvolvimento de liberdade [...] – eis aí a verdadeira *teodicéia*, a justificação de Deus na história. Só a percepção disso pode reconciliar a história universal com a realidade: a certeza de que aquilo que aconteceu, e que acontece todos os dias, não apenas não se faz sem Deus, mas é essencialmente a Sua obra (HEGEL, 2008, p. 373, grifo nosso).

Droysen se diferenciou de Hegel na medida em que a não enxergava a História como um espaço para o desenvolvimento da ideia de “liberdade”. Via-a como um terreno (um lugar de conhecimento) para a compreensão – ou um meio – onde seria possível “compreender Deus”. Nesse sentido, a História em Droysen não estaria identificada a um “fim” em si, mas a um “meio” (CALDAS, 2004, p. 114). Conforme consta explicitado no seguinte trecho:

[...] o entendimento do homem capta somente o meio, não o início, não o fim. O nosso método não descobrirá o último segredo, nem mesmo o seu caminho, nem mesmo a entrada para o templo. Não entendemos a totalidade absoluta, o fim dos fins, mas compreendemos uma de suas expressões que já está compreendida em nós. A partir da história aprendemos a compreender Deus, e somente em Deus podemos compreender a história.⁷

A despeito de Droysen considerar a História como um “meio” para se “aprender a compreender a Deus”, é possível notar que a religião, tomada como objeto de estudo, não é central em Droysen – apesar de sua concepção hermenêutica ter “fundamentação religiosa” (CALDAS, 2004, p. 41) –, visto que suas reflexões se direcionavam, sobretudo, à estruturação da “autonomia” do pensamento histórico (CALDAS, 2004, p. 28, 37). De suas ideias, destaca-se a noção de que o método na História, por apresentar lacunas, não tinha uma caminho fixo. Daí a sua recusa em aceitar o método das Ciências Naturais como o único meio científico capaz de se chegar a um conhecimento confiável visto que a

⁷ Citado por Caldas (2004, p. 113).

disciplina se baseava em um processo compreensivo no qual a subjetividade era uma atividade criativa.

Por fim, sob o ângulo da “ciência normal” – consoante o qual se leva em conta que uma ou mais realizações científicas passadas proporcionam os fundamentos para uma prática posterior –, considera-se lícito ponderar que Droysen *se insinua no século XX* com uma concepção de História, de cunho hermenêutico, que servirá de base para as discussões em torno da natureza do conhecimento histórico (CALDAS, 2004, p. 10-12).⁸ Tem-se como certo que tal “insinuação” ocorreu com mais propriedade (e complexidade) em círculos de debate composto por renomados historiadores na área da Teoria da História, todavia, com o fito de fornecer um exemplo mais fácil e didático, presume-se que há certa similaridade, embora bastante sutil, entre fórmula “compreender enquanto se pesquisa”, legada por Droysen, e uma conhecida definição de História apresentada pelo historiador inglês Edward Hallett Carr (1892-1982), no famoso livro *Que é história?*, de 1961. Nele, em resposta à pergunta que serve de título à obra, o autor pontuou: “[...] ela se constitui de um *processo contínuo de interação* entre o historiador e seus fatos, um *diálogo interminável* entre o presente e o passado.” (CARR, 1978, p. 29, grifo nosso).

3. Max Müller e a Ciência Religião

No momento em que a História buscava garantir a sua especificidade e a sua autonomia em relação à Filosofia e às Ciências Naturais, tendo em Droysen uma de suas grandes referências, outro intelectual aparecia com uma proposta para constituição de uma nova disciplina dedicada ao estudo das religiões. Trata-se de Friedrich Max Müller (1823-1900), comumente considerado como o fundador da Ciência da Religião (FILORANO; PRANDI, 1999, p. 7 e 14; GRESCHAT, 2005, p. 49; HOCK, 2010, p. 217). Seu nome aparece relacionado, na obra *História social do conhecimento*, do historiador inglês Peter Burke, ao “[...] visível o interesse pela religião comparada” (BURKE, 2012, p. 98).

⁸ Um dos aspectos dessas discussões se conecta ao processo de conscientização do papel do historiador – enquanto “sujeito histórico” – na elaboração da História. Sobre o assunto, ver: “Historicismo, pós-modernismo e historiografia” (ANKERSMIT, 2006, p. 95-114).

De acordo com o cientista da religião Frank Usarski, apesar de o termo “Ciência da Religião” ter sido usado esporadicamente na década de 1850, foi Müller que o empregou no sentido de uma “disciplina própria” – autônoma –, em 1867, no prefácio à obra *Chips from a German Workshop* (USARSKI, 2007, p. 23; 2013, p. 56). Nesse texto, Müller, considerando os avanços feitos no campo da “análise comparativa das linguagens” – que, segundo ele, havia sido “firmemente estabelecida” como “Ciência da Linguagem” – comentou:

Será o mesmo com a Ciência da Religião. Por uma adequada divisão do trabalho, os materiais que ainda faltam serão coletados, publicados e traduzidos, e, enquanto isso é feito, certamente o homem nunca descansará até que tenha descoberto o propósito que percorre as religiões da humanidade e até que tenha reconstruído a verdadeira *Civitas Dei* em fundações tão amplas quanto os fins do mundo. A Ciência da Religião pode ser a última das ciências que o homem está destinado a elaborar; ela mudará o aspecto do mundo e dará uma nova vida à própria Cristandade (MÜLLER, 1867, p. xix).⁹

Segundo Usarski (2007, p. 23), tais ideias tornaram-se mais claras em outro texto, publicado em 1870, onde Müller considerou que a Ciência da Religião teria de ser uma disciplina “comparativa”. Trata-se do livro *Introduction to the Science of Religion*, que, conforme consta explicado no seu prefácio, consistia em material composto por quatro “leituras” escritas para servirem como uma introdução ao “estudo comparado” das “principais religiões do mundo”. O conjunto havia sido originalmente enviado ao *Royal Institution*, em Londres, em março de 1870, e publicado na *Frazer’s Magazine*, nas edições de fevereiro, março, abril e maio do mesmo ano (MÜLLER, 1873, p. vii-viii).

Em 1873, esse material – acrescido de “correções”, “observações” e “notas complementares” feitas pelo autor – veio a lume na forma de livro, apresentando o supracitado título (MÜLLER, 1873, p. viii). No prefácio, Müller explicou que “muitos

⁹ Pelo que se sabe, Müller permanece inédito em língua portuguesa. Por esse motivo, optou-se por traduzir – tradução livre de Flávio Rey de Carvalho (uso restrito) – todas as passagens citadas de suas obras, conferindo assim mais fluidez à leitura do presente texto. As referências que acompanham as passagens traduzidas remetem à localização dos excertos nas edições em língua original, cujos conteúdos podem ser facilmente acessados via internet. Para a citação feita acima, assim como para as demais que se seguirão relativas à Müller, adotou-se o mesmo critério.

pontos” abordados nas “leituras” estão relacionados ao material constante na obra *Chips from a German Workshop*, de 1867 (MÜLLER, 1873, p. ix). De fato, foi possível perceber o aprofundamento de algumas das ideias expressas na transcrição – feita acima – do trecho de *Chips from a German Workshop*, em parte do prefácio à *Introduction to the Science of Religion*, onde Müller, mediante a constatação de que a literatura sobre a “Teologia Comparada”¹⁰ crescia e que o “estudo das religiões antigas da humanidade” não permaneceria sem “importantes resultados práticos”, expressou:

Esse estudo, estou convencido, se levado de forma ousada, mas erudita, cuidadosa e com espírito de reverência, removerá muitas dúvidas e dificuldades que se devem inteiramente à estreiteza de nosso horizonte religioso; aumentará nossas simpatias, elevará nossos pensamentos acima das pequenas controvérsias do dia e, em um futuro não distante, evocará no coração da Cristandade um espírito novo e uma nova vida (MÜLLER, 1873, p. ix).

No excerto, destacam-se duas expressões por estarem – conforme foi possível inferir – interligadas: “espírito de reverência” e “elevará nossos pensamentos”. A ideia relacionada à primeira expressão – “espírito de reverência” –, baseando-se em Müller, liga-se à noção de *respeito* à alteridade do objeto (religião), que, na visão de Müller “é” um “assunto sagrado” (MÜLLER, 1873, p. 6). Por esse motivo, toda religião deve ser tratada com “verdadeira reverência”, isto é, sem privilegiar um ponto de vista em detrimento de outro, fazendo valer o *respeito* às diferenças, conforme foi sintetizado pelo autor no seguinte trecho: “Verdadeira reverência é mostrada no tratamento de cada assunto, não obstante ser ele sagrado ou caro para nós, mas com perfeita confiança [(coragem)]; sem medo e sem favorecer; com ternura e amor, mas, por meio, antes de tudo, de uma inflexível e uma intransigente lealdade à verdade” (MÜLLER, 1873, p. 7).

Com relação à segunda expressão – “elevará nossos pensamentos” –, Müller ponderou que, na “vida prática”, seria “errado” assumir uma “posição neutra” mediante “pontos de vista conflitantes”, visto que, conforme foi possível interpretar, uma aparente

¹⁰ Para Müller a Ciência da Religião envolvia duas partes: a “Teologia Comparada” – responsável por “lidar” com as “formas históricas” da religião – e a “Teologia Teórica” – encarregada de “explicar” as “condições” sob as quais cada religião, na sua forma mais elaborada ou mais simples, é possível (MÜLLER, 1873, p. 21-22).

indiferença (suscitada por essa postura) faria com que a “devida reverência” à religião fosse “violada” (MÜLLER, 1873, p. 8). Nesse sentido, ele ponderou: “[...] como estudantes da Ciência da Religião nos movemos em um atmosfera mais alta e serena” (MÜLLER, 1873, p. 8). Essa perspectiva mais “elevada”, na qual os cientistas da religião deveriam realizar suas reflexões, foi por ele explicada nos seguintes termos: “Estudamos o erro, como o fisiologista estuda uma doença, procurando suas causas, rastreando sua influência, especulando sobre possíveis remédios [...]” (MÜLLER, 1873, p. 8).

Para explicar essa analogia, Müller considerou que, quando o estudante das “Ciências Físicas” se debruça sobre o passado de sua área, ele não fica

[...] irritado com os alquimistas, nem discute com o astrólogo: prefere entrar na visão [(perspectiva)] que eles tinham das coisas e descobrir, nos erros da alquimia, os germens da química e, nas alucinações da astronomia, um anseio e um tatear por um verdadeiro conhecimento dos corpos celestes. É o mesmo com o estudante da Ciência da Religião. Ele quer descobrir o que é a religião, que fundamento ela tem na alma do homem, e que leis ela segue em seu desenvolvimento histórico (MÜLLER, 1873, p. 9).

A operacionalização da noção de “reverência”, assim como a adoção da perspectiva mais “alta” e “serena”, para o estudo das religiões, adquiriria corpo por meio da realização de um estudo de “caráter comparativo”¹¹, pois, de acordo com Müller: “[...] todo conhecimento superior é adquirido por comparação, e repousa sobre a comparação” (MÜLLER, 1873, p. 12). Conforme explicou Burke (2012, p. 97), foi a partir da segunda metade do século XVIII, que a prática da comparação sistemática começou a se desdobrar em várias disciplinas, todavia, foi somente em meados do Oitocentos, que houve, segundo Dortier (2009a, p. 27), uma “verdadeira explosão”, sobretudo, na área dos “estudos filológicos” e da “gramática comparada”.¹² Tal circunstância, teria motivado as reflexões que Müller faria, entre os anos 1860 e 1870, em torno da Ciência da Religião – pois, em um

¹¹ Para Müller, “[...] o caráter da pesquisa científica em nossa época é preeminentemente comparativo, isso realmente significa que nossas pesquisas são agora baseadas na mais ampla evidência que pode ser obtida, nas induções mais amplas que podem ser apreendidas pela mente humana” (MÜLLER, 1873, p. 12).

¹² Em uma obra recente, Burke fez o seguinte comentário: “O método comparativo se tornou cada vez mais importante no mundo acadêmico de meados do século XIX. [...] A comparação entre idiomas estimulou a comparação entre religiões e mitologias” (BURKE, 2016, p. 95).

primeiro momento, conforme ele mesmo revelou no prefácio à *Introduction to the Science of Religion*, elas se deram no âmbito da “Ciência da Linguagem”, baseadas na “Filologia Comparada” (MÜLLER, 1873, p. 1-5).

Assim, tendo como parâmetro o grande avanço feito pela “Filologia Comparada” no transcorrer do século XIX, o autor se indagou: “Por que, então, deveríamos hesitar em aplicar o método comparativo, que produziu resultados tão grandes em outras esferas do conhecimento, para um estudo da religião?” (MÜLLER, 1873, p. 15). Em resposta, para ilustrar seu ponto de vista, Müller adaptou uma frase (baseada no “paradoxo de Goethe”) corrente entre os estudantes de “Filologia Comparada” – “*Aquele que sabe [somente] uma língua, sabe nenhuma*” (MÜLLER, 1873, p. 15, grifo no original) –, à circunstância da Ciência da Religião, conforme consta na seguinte passagem: “O mesmo se aplica à religião. *Aquele que sabe [somente] uma, sabe nenhuma*” (MÜLLER, 1873, p. 16, grifo no original). Consequentemente, segundo Müller, a realização de “[...] um estudo comparado da religião se tornou uma necessidade” (MÜLLER, 1873, p. 33).

Assim, levando-se em conta a perspectiva constituinte da “ciência normal” – segundo a qual uma ou mais realizações científicas passadas proporcionam os fundamentos para uma prática posterior –, considera-se oportuna a seguinte colocação feita por Müller: “Uma Ciência da Religião, baseada em uma comparação imparcial e verdadeiramente científica de todas as [...] religiões da humanidade, é agora apenas uma questão de tempo” (MÜLLER, 1873, p. 34-35). Sobre os desdobramentos vindouros, Frank Usarski comentou: “Os desenvolvimentos subsequentes comprovaram a pertinência da visão de Müller.” (USARSKI, 2013, p. 56). Com o objetivo de se sintetizar esse processo, transcreve-se uma explicação feita pela historiadora brasileira Jacqueline Hermann:

[Ciência da Religião] Expressão utilizada pela primeira vez com objetivos científicos por Max Müller, em 1867, era também chamada de “ciência comparada das religiões”, ciência que orientou a primeira disciplina com o nome de história das religiões no meio universitário, em Genebra no ano de 1873. A esta seguiram-se outras disciplinas semelhantes em vários países, da Holanda à Alemanha, passando pela França e pela Bélgica. Nesse período era frequente a confusão entre os nomes “ciência das religiões” e “história das religiões”, momento em que se operou uma separação intelectual mais nítida entre os estudos de religião e de teologia, já que estes últimos passaram a ser excluídos do *Congrès d’Histoire des*

Religions, realizado em Paris, em 1990 [sic] [(leia-se: 1900)].” (HERMANN, 2011, p. 320-321).

Por fim, complementa-se a explicação feita por Hermann, acrescentando-se outro desdobramento importante a esse processo: a fundação, em 1950, da *International Association for the History of Religion* (IAHR). Consoante Geertz (2007, p. 17): “Em 1900, ‘História das Religiões’ foi o termo utilizado como título para o congresso mundial em Paris e, em 1950, tornou-se o título da primeira associação internacional de estudiosos das religiões”. A IAHR foi criada com o objetivo de “promover” as atividades de seus membros – que, em 2012, somavam 42 associações nacionais e seis regionais –, contribuindo para os estudos “histórico”, “social” e “comparado” das religiões (USARSKI, 2013, p. 59).

4. História das Religiões: História ou Ciência da Religião?

O século XIX pode ser interpretado com uma época marcada pela busca pela autonomização dos saberes, seja por meio do estabelecimento de critérios de normatividade, como foi o caso a História, seja por intermédio da reivindicação de um espaço disciplinar novo, conforme ocorreu com a Ciência da Religião. A despeito dessas diferenças, em ambas as circunstâncias, do ponto de vista constituinte da “ciência normal” – no qual se considera as realizações científicas passadas que teriam proporcionado os fundamentos para uma prática “científica” posterior –, a questão metodológica foi um tema central. Os anos 1860, aliás, consistiu em cenário para um grande debate a esse propósito.

Nesse contexto, inserem-se as reflexões sobre a História, feitas por Johann Gustav Droysen, assim como a proposta de uma Ciência da Religião, apresentada por Friedrich Max Müller. Para Droysen, que valorizava a esfera da subjetividade no processo de compreensão do passado, refletia sobre o “fazer” História a partir de uma concepção “hermenêutica” (compreensão), tida por ele como o “coração do método histórico”. Assim, em termos metodológicos, Droysen não era partidário de se estabelecer *a priori* um “caminho fixo” para o ofício do historiador, mas, contrariamente, defendia a aplicação da fórmula: “compreender enquanto se pesquisa”.

Do ponto de vista da religião, cumpre destacar que as ideias de Droysen apresentam uma fundamentação religiosa de cunho nitidamente cristão, em que a História era vista como um “meio” para se tentar compreender Deus, tornando-se, por isso, em espécie de teodicéia. As ideias de Droysen, sobretudo a sua concepção hermenêutica de História, insinuaram-se no século XX, servindo de base para as discussões em torno da natureza do conhecimento histórico. Na mesma época em que Droysen escreveu sobre a História, Max Müller propôs a “Ciência da Religião”, todavia, diferentemente Droysen, ele fez uma opção metodológica clara e fixa, isto é, o “estudo comparado” – baseado nele, o cientista da religião deveria adotar, em sua prática acadêmica, a noção de “reverência” (que consiste em não privilegiar um ponto de vista em detrimento de outro, fazendo valer o respeito às diferenças), assim como se mover em uma “atmosfera” mais “alta” e “serena” (mantendo-se *acima* dos debates e dos conflitos de ideias).

No “estudo comparado das religiões”, segundo Müller, não há a possibilidade de ficar limitado ao viés de uma religião, pois, conforme ele considerou, “aquele que sabe [somente] uma, sabe nenhuma” – consistindo esse, talvez, o principal ponto de distinção entre o seu pensamento e o de Droysen, cujas reflexões, inspiradas em Hegel, partiam de um pressuposto teleológico de fundo cristão, tido como o fio condutor da História. Reconhece-se assim que em Droysen, a despeito de ele ver a História como “meio” de se tentar “compreender” Deus, o estudo do fenômeno religioso não consistia no seu foco de atenção, antes, sua ambição consistia estruturar a autonomia do pensamento histórico. Isso, todavia, vai ao encontro da explicação feita por Jacqueline Hermann, de que foram as ideias de Müller – e, acrescenta-se, não as de historiadores *stricto sensu* – que orientaram a primeira disciplina, no meio universitário, sob o nome “História das Religiões”, em Genebra, em 1873.

Conclusão

A análise desenvolvida no artigo – partindo de uma contextualização que envolveu as décadas de meados do século XIX, quando as fronteiras disciplinas ainda não estavam claras, nem os parâmetros metodológicos definidos – procurou comparar a concepção de

História, segundo Johann Gustav Droysen, com ideia de Ciência da Religião proposta por Friedrich Max Müller, autores cujas reflexões contribuíram para a posterior fundamentação dessas disciplinas como “ciência normal”, visto que proporcionaram fundamentos para as respectivas práticas posteriores. Com relação à questão que foi utilizada como título deste artigo – “História das religiões seria História ou Ciência da Religião?” –, a resposta mais adequada, mediante o pensamento dos dois autores analisados, seria considerar: a História das Religiões nasce, sem dúvida, da ideia de Ciência da Religião proposta por Müller, em obras como *Chips from a German Workshop* e *Introduction to the Science of Religion*, publicadas, respectivamente, em 1867 e 1873. Cumpre ressaltar, todavia, que tal afirmação se baseia no contexto considerado no presente artigo – a transição dos anos 1860-1870 –, assim como no pensamento de apenas dois autores representativos desse período; por conseguinte, devido a essa limitação, reconhece-se a necessidade de realização de novas pesquisas dedicadas à ampliação e à multiplicação dos pontos de vista sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

- ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A escrita da história: teoria, história e historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 95-114.
- ASSIS, Arthur. Johann Gustav Droysen (1808-1884) – Apresentação. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 31-36.
- BUCKLE, Henry Thomas Buckle. *Introdução geral à história da civilização da Inglaterra (1857)*. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 226-245.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento - II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- _____. *O que é história do conhecimento?*. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. *Que significa pensar historicamente: uma interpretação da teoria da história de Johann Gustav Droysen*. 2004. 213p. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do

Departamento de história da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:
<http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0016015_04_Indice.html>. Acesso em: 24/04/2017.

CARR, Edward Hallett. *Que é história?*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. [1961].

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010. [c. 1910].

DORTIER, Jean-François. A grande história das línguas. In: _____. (Org.). *Uma história das ciências humanas*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009a, p. 11-15.

_____. Abertura. In: _____. (Org.). *Uma história das ciências humanas*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009b, p. 25-29.

_____. Guia de leitura. In: _____. (Org.). *Uma história das ciências humanas*. Lisboa: Texto & Grafia, 2009c, p. 277-286.

DROYSEN, Johann Gustav. *Arte e método (1868)*. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 37-46.

FILORANO, Giovanni; PRANDI, Carlo. *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

GEERTZ, Armin W. O estudo da história das religiões no mundo: notas sobre a celebração da afiliação da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) à International Association for the History of Religions (IAHR). In: SIEPIERSKI, Paulo D.; GIL, Benedito M. (Orgs.). *Religião no Brasil: enfoques, dinâmicas e abordagens*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 13-38.

GRESCHAT, Hans-Jürgen. *O que é ciência da religião?*. São Paulo: Paulinas, 2005.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da história*. 2. ed. Brasília: Ed. UnB, 2008. [1837].

HERMANN, Jacqueline. História das religiões e religiosidades. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios sobre teoria e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 315-336.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

HOCK, Klaus. *Introdução à ciência da religião*. São Paulo: Loyola, 2010.

- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. [1962].
- LOPES, Marcos Antônio. Uma idéia de Antigo Regime. *Textos de história – Revista da Pós-Graduação em História da UnB, Brasília*, v. 11, n.1/2, p. 129-144, 2002.
- _____. Prefácio. In: BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio (Orgs.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 7-12.
- MARTINS, Estevão de Rezende. Introdução: o renascimento da história como ciência. In: _____. (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 7-14.
- MATA, Sérgio da. *História & religião*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- MEGILL, Allan. Teoria da história CA. 1870-1940: objetividade e antinomias da história em um tempo de crise existencial. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV/ediPUCRS, 2013, p. 11-37.
- MÜLLER, Friedrich Max. *Chips from a German Workshop: essays on the Science of Religion*. London: Longmans, Green, and Co., 1867, vol. 1. Disponível em: <https://ia800405.us.archive.org/16/items/bub_gb_Jgq261TVeMsC/bub_gb_Jgq261TVeMsC.pdf>. Acesso em: 09/04/2017.
- _____. *Introduction to the Science of Religion: four lectures delivered at the Royal Institution with two essays on false analogies, and the philosophy of mythology*. London: Longmans, Green, and Co., 1873. Disponível em: <https://ia601209.us.archive.org/22/items/bub_gb_YeZAAAAAcAAJ/bub_gb_YeZAAAAAcAAJ.pdf>. Acesso em: 16/05/2017.
- NUNES, Elton de Oliveira. História das Religiões no Brasil: teoria e metodologia a partir da Escola Italiana. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009, p. 1-10. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0014.pdf>>. Acesso em: 26/03/2017.
- USARSKI, Frank. O caminho da institucionalização da ciência da religião: reflexões sobre a fase formativa da disciplina. In: _____. *Constituintes da ciência da religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 13-28.
- _____. História da ciência da religião. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (Orgs.). *Compêndio de ciência da religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus, 2013, p. 51-61.